

AULAS ESPECIAIS AOS SÁBADOS PARA OS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO

Tema: Provas em Direito Processual Penal – Prof. Mauro Cabral

O curso de Direito da Faccamp promoveu durante o primeiro semestre de 2011 o curso de extensão universitária em Direito Processual Penal com o tema Provas em Direito Processual Penal. O curso foi realizado no horário matutino, durante três sábados com carga horária total de 25 horas, sendo ministrado pelo professor Mauro Cabral dos Santos.

Em 02 de abril de 2011 abordou-se o tema Provas no Direito Processual Penal com uma análise genérica do sistema de provas de nosso ordenamento jurídico, notadamente após as recentes alterações legislativas.

Em 16 de abril o tema estudado foi Provas Lícitas e Ilícitas onde se efetuou uma análise bem aprofundada nos tipos de provas permitidos pelo nosso ordenamento jurídico, sem esquecer de analisar as provas proibidas, quer seja em seu aspecto material quanto processual.

Em 11 de junho terminamos o curso com o comentário da lei de Interceptação telefônica, um instrumento bastante ágil de provas que diariamente é alvo de comentários pela mídia.

Tema: Prática na Advocacia Cível – Prof. Marcelo Adriano

Em 30 de abril de 2011, na aula em questão foram abordados aspectos relativos a contratação de honorários advocatícios, fase de pontuação com o cliente, o Código de Ética da OAB, além das questões sobre substabelecimento com e sem reservas de poderes, valores constantes na tabela de honorários, a teoria da perda de uma chance (indenização), responsabilidade em caso de decadência na impetração do Mandado de Segurança, diferenciação sobre renúncia e revogação de mandato e o CPC, condenação por litigância de má-fé do advogado.

Tema: Aspectos práticos da advocacia na área de família (cautelar de arresto, ação de alimentos, separação ou divórcio) – Prof. Marcelo Adriano

Em 28 de maio de 2011, na aula em questão foram abordados aspectos relativos a contratação de honorários advocatícios, fase de pontuação com o cliente, o Código de Ética da OAB. Estudo de caso concreto que exigiu do aluno raciocínio jurídico na tomada das seguintes medidas:

- a) cautelar de arresto - incidental e/ou preparatória - BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD etc;
- b) ação de alimentos com pedido de tutela antecipada - em caso de negativa - recurso de Agravo de Instrumento; Necessidade/possibilidade no arbitramento dos alimentos; Execução de alimentos pelo rito procedimental dos artigos 732/733 do CPC;

c) ação de divórcio - sobrepartilha, ação de extinção de condomínio etc.

Tema: O Novo Divórcio e a Extinção da Separação Judicial no Ordenamento Jurídico Brasileiro – Prof. Fuad José Daud

Aula ministrada em 14 de maio de 2011, referente a Emenda Constitucional nº 66 deu nova redação ao parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1(um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2(dois) anos. O objetivo da EC foi eliminar a separação do sistema jurídico nacional. Se alguém quiser se separar para refletir sobre o casamento, não há necessidade de separar judicialmente, poderá separar-se de corpos até a realização do divórcio.”